



Direito Financeiro

Aula 03

Receita Pública

André Portella



Estrutura do Módulo

1. Definição
2. Classificação
3. Crédito Público e institutos afins
4. Transferências
5. Execução
6. Renúncia



Definição

*** Conjunto de ingressos financeiros auferidos pelo Estado, que não necessariamente se incorporam de forma definitiva ao patrimônio do Estado.**

- Aspecto subjetivo: Administração Pública direta indireta e fundacional**
- Aspecto objetivo: recurso financeiro**
- Aspecto operacional: ingresso**



Classificação

1. Quanto à previsão orçamentária
2. Quanto à categoria econômica (Lei 4.320/64)
3. Quanto à coercitividade
4. Quanto à regularidade



Classificação

1. Quanto à previsão orçamentária

1.1. Orçamentária: integram a LOA, ou as leis dos créditos adicionais

1.2. Extraorçamentária:

a) Recursos de terceiros (depósito, consignação, caução)

b) Recursos transitórios (ARO)

c) Recursos já previstos no orçamento anterior (superávit do orçamento corrente)

1.3. Intraorçamentária: receitas decorrentes de entidades da mesma esfera de governo



Classificação

2. Quanto à categoria econômica (Lei 4.320/64, arts. 11 e 12)

2.1. Corrente

2.2. De capital



Receita Corrente

- a) Tributária**
- b) De contribuições**
- c) Patrimonial**
- d) Industrial (agropecuária, serviços, industrial)**
- e) Transferências correntes**
- f) Receitas Diversas (Multas, DA, outras)**



Receita de Capital

- a) Operação de crédito**
- b) Alienação de bens e direitos**
- c) Amortização de empréstimos**
- d) Transferências de capital**
- e) Outras receitas de capital**
- f) Superávit do Orçamento Corrente**



Superávit Corrente

*** Superávit do orçamento corrente : conversão do superávit do orçamento corrente para o patrimônio**

*** Não constitui item de receita orçamentária (Lei 4.320/64, art. 11, §3º)**



3. Quanto à coercitividade

3.1. Originária

3.2. Derivada



Receita Originária

- a) Patrimoniais: Mobiliária, Imobiliária**
- b) Empresariais: Industrial, Comercial, Serviços**
- c) Creditícia ou financeira: emissão de títulos, contratação de crédito**



Receita Derivada

- a) Próprias ou Diretas: Multas e Tributos**
- b) Impróprias ou Indiretas: Transferências**



Preço Público *versus* Tributo

- * **Receita Derivada: tributo ou multa**
- * **Receita Originária: Preço**
 - a) **Preço – regulado pelo mercado**
 - b) **Preço público ou tarifa – regulado pelo Estado**



Classificação

4. Quanto à regularidade

4.1. Ordinária

4.2. Extraordinária



Prova: FUMARC - 2011 - Prefeitura de Nova Lima - MG - Procurador Municipal

Marque a opção que constitui exemplo de receitas derivadas:

- a) receitas decorrentes de ação de cobrança relativa a aluguéis de imóvel de propriedade do Município.
- b) receitas decorrentes de processo de execução relativo a empréstimo concedido pelo Município e não pago pelo devedor.

c) receita decorrente de processo de execução relativo a cobrança de multas pelo descumprimento da lei de posturas municipal.

d) receita decorrente de ação de cobrança relativa à não transferência de recursos decorrentes da inscrição em concursos públicos.



Prova: FCC - 2011 - TCE-SE - Técnico de Controle Externo

São Receitas Correntes:

- a) Contribuições de Melhoria, Receita Patrimonial e Receita de Serviços.
- b) Receita Agropecuária, Amortização de Empréstimos e Impostos.
- c) Contribuições de Melhoria, Alienação de Bens e Impostos.
- d) Receita Patrimonial, Operações de Crédito e Amortização de Empréstimos.
- e) Taxas, Operações de Crédito e Receita Industrial.





RCL – Receita Corrente Líquida

- * Definição:** Receita corrente, deduzidas as transferências e encargos
- * Período:** intervalo dos doze meses anteriores ao da apuração, sendo o mês de referência o último do período
- * Relevância:** principal parâmetro definidor de limites financeiros



* Definição:

- Ingresso financeiro
- dever de devolução futura
- não acresce o patrimônio público
- Com ou sem vantagem pecuniária (juros remuneratórios)



Crédito Público

*** Institutos afins**

a) Empréstimo Público

b) Déficit público

c) Dívida pública



Crédito Público

* Finalidade

- Fiscal
- Extrafiscal



Crédito Público

- * Classificação constitucional**
 - a) Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)**
 - b) Operações de crédito**
 - c) Operação de Concessão de Garantia**



- * Definição: dívida por antecipação de receita prevista, para atender insuficiência de caixa**
- * Limite: 7% da Receita Corrente Líquida (RCL)**
 - Exceção ao princípio da não-vinculação da receita de impostos a despesas – os impostos podem servir de garantia de ARO's**



Operações de crédito comuns

- * Todas as que não são ARO
- * Limite: 16% da RCL



Concessão de Garantia

*** Limite: 22% da RCL**

- excepcionalmente 32% da RCL, desde que o garantidor:

a) não tiver sido chamado a honrar garantia anteriormente prestada, nos últimos 24 meses

b) cumpra com os limites de despesa de pessoal e dívida



- * Instrumentos para captação dos empréstimos**
 - a) Prêmios de reembolso**
 - b) Juros**



* Regras constitucionais

- a) Apenas a União tem competência para legislar
- b) Princípio da legalidade
- c) Fiscalização a cargo da União



e) Atribuições do Senado da República:

- Fixar limite para operações de crédito**
- Fixar limites e condições para a concessão de garantia pela União**
- Fixar limite para a dívida**
- Autorizar operações externas**



Crédito Público

e) Vedações constitucionais

i. Operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as realizadas:

- mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, e
- aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (CF, art. 167, III)

ii. Concessão ou utilização de créditos ilimitados





Transferências Financeiras

* Classificação

a) Quanto ao beneficiário

- Governamentais (para investimentos de outros entes, e para amortização de dívida pública)
- Sociais (renúncia fiscal)



Transferências Financeiras

* Classificação

b) Quanto à obrigatoriedade

- Obrigatórias (constitucionais / legais)
- Voluntárias (Convênios): não decorre da CF, da lei, nem se referem aos recursos destinados ao SUS



Transferências Voluntárias e Subvenções

***As transferências voluntárias são sempre realizadas somente entre Entes da Federação (Administração Direta)**

*** As subvenções são destinadas ao custeio das entidades públicas ou privadas, dividindo-se em:**

a) Subvenções sociais: destinadas a entidades sem fins lucrativos

b) Subvenções econômicas: destinadas a entidades com fins lucrativos



Transferências Voluntárias

* Requisitos fundamentais

- a) Dotação específica na LOA
- b) Vedação para fins de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas
- c) Regularidade fiscal junto ao órgão transferidor
- d) Cumprimento dos limites de Saúde e Educação
- e) Observância dos limites legais de dívida, empréstimo, despesa de pessoal e restos a pagar



Transferências Obrigatórias

* Espécies

a) Imposto de Renda

- 48%: FPM (22,5%); FPE (21,5%); N, NE, CO (3%)
- IRRF por Estados, DF e Municípios



Transferências Obrigatórias

* Espécies

b) Imposto sobre Produtos Industrializados:

- **48%: FPM (22,5%); FPE (21,5%); FARF (N, NE, CO) (3%)**
- **10%: FUNCEX**



Transferências Obrigatórias

c) CIDE:

- 29% Estados e Distrito Federal
- 25% aos Municípios

d) ITR:

- 50% Município de localização da propriedade
- 100% Município de localização da propriedade, que optem por fiscalizar e arrecadar o tributo



Transferências Obrigatórias

e) Imposto Residual: 20% aos Estados

f) IOF sobre ouro ativo-ativo financeiro:

- 30% aos Estados e DF**
- 70% aos Municípios**



Transferências Obrigatórias

g) ICMS: 25% aos Municípios

- $\frac{3}{4}$ proporcionalmente ao valor adicionado nas operações no território municipal**
- $\frac{1}{4}$ de acordo com lei estadual**

h) IPVA: 50% Municípios



Transferências Obrigatórias

i) FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

- Estado: 20% de ITD, ICMS, IPVA, Imposto residual, FPE, IPI exportação,
- Municípios: 20% de ITR, ICMS, IPVA, FPM, IPI exportação
- União: 10% do montante equivalente à soma devida pelos Estados e Municípios

Obs.: Além dos recursos ao FUNDEB, os Municípios continuam obrigados a repassar 25% dos seus próprios impostos “à manutenção e desenvolvimento do ensino”



Transferências Obrigatórias

* Bloqueio

a) Regra: vedação de retenção (CF/88, art. 160)

b) Exceção (CF/88, art. 160, parágrafo único):

- Não recebimento, por parte do transferidor ou de suas autarquias dos créditos devidos pelo beneficiário

- Não aplicação dos recursos para a Saúde



Prova: FCC - 2011 - TCM-BA - Procurador Especial de Contas

Considerando a repartição constitucional de receitas tributárias, é correto afirmar que

a) o município fica com cem por cento do produto arrecadado, quando fiscaliza e arrecada o ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, imposto de competência da União.

b) compete ao Município de origem da ocorrência do fato gerador 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas ao ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

c) pertence aos Municípios 50% do produto da arrecadação do IR - Imposto de Renda, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituïrem e mantiverem.

d) a União entregará ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal 27,5% do produto da arrecadação do IR - Imposto de Renda incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituïrem e mantiverem.

e) a União entregará aos Estados e Distrito Federal 10% do produto da arrecadação do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, pelos fatos geradores ocorridos em seus territórios.





Estágios da Receita

- a) **Previsão (LRF, art. 12)**
- b) **Lançamento**
- c) **Arrecadação: pagamento pelo contribuinte**
- d) **Recolhimento: Conta Única do Tesouro Público (Princípio da Unidade de Caixa ou Unidade de Tesouraria – Lei 4.320/64, art. 56)**



Previsão da Receita

- * Ao Poder Executivo cabe estimar a Receita para o Exercício**
- * Poder Legislativa não pode reestimar a previsão de receita, somente se admitindo em caso de comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal (LRF, art. 12, §1º)**



Regime contábil da Receita

- * Regra: Regime de Caixa**
- * Exceção: Regime de Competência para o cancelamento ou baixa de Restos a Pagar**



Dívida Ativa

- * Inscrição de dívidas junto às Procuradorias**
- * Certidão (CDA): título executivo extrajudicial**
 - Espécies**
 - a) Tributária**
 - b) Não-tributária**



Tributos

- * Instituição de tributo (LRF, art. 11)
 - Exige a instituição de todos os tributos
 - Condiciona o recebimento de transferências voluntárias à instituição de todos os *impostos* previstos na CF/88
 - Doutrina considera inconstitucionais ambas as determinações



Renúncia de Receita

* Requisitos

a) Legalidade

b) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e dois seguintes

c) Adequação à LDO

d) Alternativamente, ter sido considerada na LOA e demonstrar que não afetará as metas e resultados fiscais; ou indicar medidas de compensação



Renúncia de Receita

* Exceções

- a) IPI, II, IE e IOF, no que se refere às alíquotas
- b) Cancelamento de débito cuja cobrança é mais onerosa que o recurso





